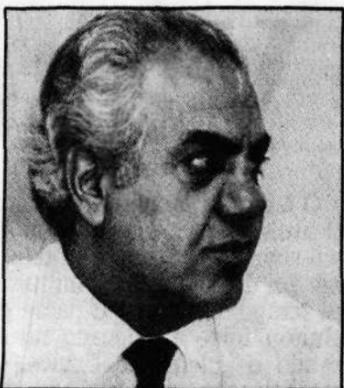


# Uma surpresa espera Cabral: dez temas vão à votação em plenário

BRASÍLIA — A partir de hoje, quando iniciar a consulta junto aos grupos interpartidários que buscam propostas de consenso para temas polêmicos, o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, terá uma surpresa: pelo menos 10 temas — incluindo reforma agrária, anistia, estabilidade, empresa nacional, mandato presidencial e sistema de governo — acabarão definidos em plenário, pelo voto dos constituintes. Por mais que as diferentes correntes políticas — da "esquerda" à "direita" — se esforcem, o consenso sobre essas questões parece cada vez mais distante.

Além disso, a apresentação dos primeiros resultados também deixou claro que o consenso é difícil mesmo dentro dos blocos. O "Grupo dos 32", liderado pelo Senador José Richa, surgiu como alternativa. Inicialmente, ficou estabelecido que eles apenas tratariam de enxugar o texto do projeto de Bernardo Cabral, para posteriormente juntar esse trabalho às conclusões do "Grupo Interpartidário", que ficaria com os temas polêmicos. Ocorreu, porém, que o grupo de Richa também passou a abordar temas controversos, retirando do esboço original várias inovações, trocando-as por textos vagos e idéias conservadoras.

A fórmula encontrada foi a simples supressão, como no caso da anistia, mas isto desagradou aos "progressistas". O mais grave, entretanto, na visão do "Grupo Interpartidário", foi a postura nitidamente conservadora assumida pelo "Grupo dos 32", apesar da presença de alguns constituintes de "centro-esquerda" e



Richa responde por modificações

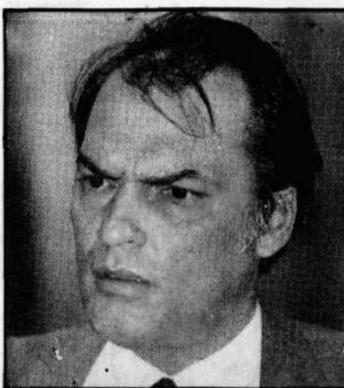
até de esquerda, como o Senador Maurício Correia (PDT-DF) e o Líder do PCB, Roberto Freire (PE).

O racha definitivo ocorreu no momento em que os dois grupos confrontaram os seus trabalhos, na quinta-feira. Roberto Freire, que fazia parte dos dois grupos, servindo como elemento de ligação, não aceitou a supressão da anistia e da possibilidade de a Justiça rever os Atos Institucionais decretados no período do regime militar, retirando-se imediatamente do "Grupo dos 32".

— É uma visão estreita? É. Mas não sento mais com eles. Não dá para conversar com um grupo que quer absolver a ditadura militar e se nega a restituir a dignidade ao País — justifica Freire.

Mas é no tema da reforma agrária que os desentendimentos mais se acentuam.

— Se a terra é minha e eu não



Freire repudia e abandona grupo

quero vender, eu não vendo. Não adianta pagarem em dinheiro — argumenta o Deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais líderes dos "moderados".

Mas ele não gosta de discutir esses detalhes. Acha que reforma agrária é tema para a legislação ordinária.

— Ou vão ficar fazendo reforma agrária o resto da vida? — questiona o Deputado, argumentando que a Constituição deve ser permanente, perene e moderna.

Os "progressistas" exigem a desapropriação quando a terra não cumprir a sua função social, como explica o Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas:

— A terra pode ser produtiva, mas com a utilização do trabalho escravo. Neste caso, não cumpre a sua função social e deve ser desapropriada. A imissão imediata da posse da terra é outra reivindicação. Sem essa medi-

da, 80 por cento dos casos de desapropriação estão parados.

No caso da anistia, a questão mais polêmica é a reintegração dos militares cassados durante o regime militar. Mesmo algumas lideranças da "esquerda" já admitem que isto será impossível. Seria quebrada a disciplina e a estrutura organizacional nos quartéis. Mas ainda há constituintes dispostos a decidir isso no voto. O Deputado Cardoso Alves acha que é "uma loucura".

— Contra a força não há resistência. Se aprovamos a anistia, os militares fecham o Congresso — prevê o líder dos "moderados", sem constatações.

Em relação à estabilidade no emprego também há posições bastante divergentes.

— Este princípio não vai para a Constituição. Será substituído por um seguro-desemprego — assegura o Deputado Milton Reis (PMDB-MG).

— Só se for por cima do nosso cadáver — responde o Deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), num tom bem humorado. Ele logo acrescenta que até admite estudar formas intermediárias, quem sabe ampliando um pouco o prazo de 90 dias já estabelecido. Mas reforça que "ninguém terá coragem de tirar do texto constitucional o instituto da estabilidade".

A definição de empresa nacional é outro ponto de difícil convergência. O Deputado Nilton Fiedrich (PMDB-SC) está apresentando uma proposta de consenso em que está prevista a divisão da empresa nacional em duas categorias: de capital integralmente nacional e de capital misto, com participação de empresas estrangeiras.

## Empregador passa a ter direito de greve

BRASÍLIA — O capítulo dos Direitos Coletivos composto pelo "Grupo dos 32" apresenta, basicamente, uma diferença importante em relação ao anteprojeto que resultou das decisões das comissões temáticas da Constituinte. Ele permite aos empregadores a iniciativa de greve.

Essa possibilidade é vedada no anteprojeto. Segundo aquele documento, que inclui as decisões da Comissão de Soberania, Direitos e Garantias Individuais, "é livre a greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender, excluída a iniciativa de empregadores, não podendo a lei estabelecer outras exceções".

Na proposta do "Grupo dos 32", os constituintes reunidos pelo relator Bernardo Cabral escreveram que "é livre a manifestação coletiva em defesa de interesses grupais, associativos e sindicais, inclusive a greve, nos termos da lei".

Os dois documentos relacionam os mesmos direitos e liberdades coletivos considerados invioláveis: reunião, associação, sindicato, manifestação coletiva, correção social dos poderes, participação direta, meio ambiente e consumo.

A exceção fica por conta da profissão de culto, que o trabalho do "Grupo dos 32" não cita expressamente como direito coletivo.

## Presidente decreta Estado de Defesa com consulta apenas ao Congresso

BRASÍLIA — O Presidente da República submeterá a decretação do Estado de Defesa ao Congresso Nacional, sem qualquer consulta prévia ao Conselho da República. A medida será decretada pelo Presidente a partir de uma solicitação do Primeiro-Ministro.

Esta é a principal alteração proposta pelo "Grupo dos 32" no item que trata da defesa do Estado e das Instituições Democráticas no anteprojeto de Constituição. Pelo anteprojeto, o Primeiro-Ministro solicita a decretação do Estado de Defesa ao Presidente da República que, antes de decretar a medida, consulta o Conselho da República. Esse mecanismo foi simplificado.

## Servidores civis e militares ficam com os direitos sindicais restritos

BRASÍLIA — A inclusão da proibição do direito de sindicalização e de greve aos servidores militares e a supressão da garantia da livre associação sindical e de greve aos servidores civis foram duas das principais alterações produzidas pelos constituintes encarregados pelo Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral, de "enxugar" o seu primeiro anteprojeto, no capítulo que trata da Administração Pública.

Esse direito, entretanto, é assegurado

ao servidor civil no capítulo referente aos direitos coletivos.

Em relação ao servidor militar, essa proibição foi a única modificação introduzida no novo texto.

No que se refere ao servidor civil, as alterações foram em número maior. Foi retirado, por exemplo, o item que tratava da correspondência do benefício de pensão por morte à totalidade da remuneração, gratificações e vantagens pessoais do servidor falecido.

## Josaphat critica as propostas que criam Estados

SALVADOR — As propostas de criação de novos estados, acolhidas no projeto da Comissão de Sistematização, foram criticadas ontem pelo jurista e ex-Senador Josaphat Marinho. Ele argumenta que elas não são essenciais e perturbam a reflexão sobre questões básicas na Assembleia Nacional Constituinte.

Marinho lembrou a longa tradição brasileira de conservar-se o perfil da Federação no processo constitucional e disse que forçar alterações de estrutura, pela Constituinte, é perturbar o equilíbrio entre a União e os Estados. "A Constituição é pacto de unidade e não instrumento de desagregação", observou ele, em artigo publicado ontem no "Jornal da Bahia".

Segundo o jurista baiano, as questões não essenciais ou que pressupõem amplo levantamento de dados, perícia técnica, demorada verificação de pormenores, inclusive para conciliação de interesses, não devem ser objeto de artigo constitucional.

## Mantida reeleição nos direitos políticos

BRASÍLIA — Em termos de direitos políticos, o texto do "Grupo dos 32" manteve a inelegibilidade de eleitores que não saibam exprimir-se na língua portuguesa e dos conscritos, durante o serviço militar obrigatório. Não incluídos, como inelegíveis para os mesmos cargos, o Presidente da República, os governadores e vice-governadores e os prefeitos e vice-prefeitos, conforme constava do projeto original do Relator da Comissão de Sistematização.

O novo texto deixou de considerar inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consanguinidade, afinidade ou adoção. Os analfabetos foram considerados inelegíveis. De modo abrangente, o projeto do "Grupo dos 32" cita como elegíveis os alistáveis na forma da lei.

Fica vedada a suspensão dos direitos políticos, salvo em virtude do cancelamento da naturalização, por sentença, judicial e de incapacidade civil absoluta. Também prevê-se que não haverá sanção penal que importe a perda definitiva dos direitos políticos. No primeiro anteprojeto de Cabral, a privação temporária ou definitiva era admitida.

O capítulo relativo aos partidos políticos teve como principal alteração a supressão explícita da proibição de se subordinarem a entidades ou governos estrangeiros. Bastante sintetizado o texto novo, grande parte do que anteriormente fora abordado foi transferido para a legislação ordinária.

## Governador de Sergipe aponta erro de Sarney

ARACAJU — O Presidente Sarney cometeu um erro político primário, um equívoco que pode lhe custar muito, ao ceder às pressões e concordar em reduzir em um ano a duração do seu mandato. A opinião é do Governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, do PFL. Segundo ele, com essa decisão, o Presidente também criou dificuldades para o cumprimento integral de seu plano de governo.

— Se eu fosse o Presidente, não aceitaria a redução do mandato e cumpriria rigorosamente o período de seis anos estabelecido na atual Constituição, sem sequer um dia a menos — declarou Antônio Valadares, acrescentando que, apesar do erro de Sarney, o PFL sergipano acompanhará a decisão do Presidente, apoiando integralmente a proposta de cinco anos de mandato. Valadares também criticou os políticos que defendem a realização de eleições presidenciais no próximo ano, que "tumultuam o processo político".

## Aníbal prevê que Aliança sobreviverá à Constituinte

BELO HORIZONTE — A Aliança Democrática sobreviverá à promulgação da nova Constituição e, apesar das inevitáveis disputas entre o PMDB e o PFL nas eleições municipais de 1988, permanecerá até o final do mandato de cinco anos do Presidente Sarney. A previsão foi feita ontem, na capital mineira, pelo Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira.

Para ele, a Constituinte não encerra a transição democrática, já que os objetivos que nortearam a criação da Aliança Democrática, como a redução da participação do Estado na economia e a solução de graves problemas sociais no País, estão incompletas e deverão ser atacados pelo Presidente Sarney.

— Além da transição democrática, temos a transição econômica e social que, historicamente, cabem ao

Presidente Sarney conduzir — assinalou o Ministro, acrescentando que, para realizar estes objetivos, o Presidente conta com o apoio de 80 a 90 por cento do PMDB e do PFL. Ele observou que esta base de sustentação de Sarney no Congresso é muito superior à de outros Presidentes da República, como Juscelino Kubitschek, mas mesmo assim ele deverá procurar o apoio de outros partidos que não participam da Aliança, da mesma forma que o Movimento da União Progressista (MUP) do PMDB procura buscar apoio junto a outras agremiações.

É por este ponto de vista que Aníbal Teixeira entende que a demissão do ex-Ministro do Interior, Joaquim Francisco Cavalcanti, na semana passada, teve uma repercussão restrita a Pernambuco.